

PROBLEMATIZANDO O TRATO DADO AS DIFERENÇAS CULTURAIS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA A PARTIR DOS ESTUDOS MULTI/INTERCULTURAIS

Rubem Viana de Carvalho; Ana Rinêlda Targino Alves; Orquídea Maria de Souza Guimarães

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Resumo: Neste estudo buscamos analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública municipal da cidade de Caruaru-PE no que tange ao trato das diferenças culturais entendendo a escola como uma instituição social onde se transita uma diversidade de sujeitos, que precisam ter suas diferenças visibilizadas e respeitadas. Assim tentamos estabelecer um caminho possível de compreensão do empenho democrático a partir da construção de seu projeto político. Nesse sentido, realizamos uma aproximação entre o PPP da escola aos estudos multi/interculturais de Moreira e Candau (2007, 2008) e Walsh (2009), entre outros. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório e explicativa, com dados coletados a partir da análise. Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que o PPP da escola foi construído de forma coletiva e que há nele espaços de proposições para o trato das diferenças culturais, apesar de não apontar uma teoria que fundamente o trato das diferenças culturais numa perspectiva multi/intercultural crítica.

Palavras-chave: Gestão escolar. Diferenças Culturais. Multiculturalismo e Interculturalidade

1. Introdução

A escola, por vezes, apresenta dificuldades em lidar com a diversidade e as diferenças culturais, tendo em vista que os imperativos historicamente colocados a esta instituição social pelo patriarcalismo e posteriormente pelo capitalismo neoliberal, influenciaram e ainda a influenciam em se comprometer com a padronização e naturalização das diferenças. Destarte, os conflitos existentes no embate entre esses imperativos, e as reivindicações dos movimentos sociais, apontam a escola como instituição produtora e reprodutora de desigualdades a serviço do capital. Diante desse contexto, a abertura da escola para espaços de discussão das diversidades e diferenças e para o diálogo entre culturas, constitui o desafio a ela proposto na contemporaneidade (MOREIRA; CANDAU, 2007; 2008).

A categoria cultura para Moreira e Candau (2007; 2008), ganha relevância na sociedade contemporânea, visto que se refere às concepções gerais de vida de um grupo social, implicando em formas de interpretação da realidade. Assim sendo, quando determinado grupo compartilha sua cultura, compartilha também um conjunto de significados e práticas ensinadas que regem determinadas ações. Deste modo, a depender da perspectiva que a escola é pensada, sujeitos que são considerados diferentes ou desviantes da norma padrão, como a mulher, o negro, o índio, o homossexual, entre outros,

podem ser excluídos dos projetos de escola. No entanto, alguns esforços têm sido tomados para diminuir essas desigualdades na escola, a partir de olhares que vêm problematizando concepções curriculares, gestão, práticas pedagógicas e projetos políticos pedagógicos.

O que parece ser consenso entre os autores e pesquisadores de educação, é o fato de que a escola precisa ser repensada, e, neste trabalho, a repensamos pelos princípios democráticos, em articulação com os objetivos socioculturais, de emancipação cidadã da escola, tendo em vista que essa instituição, na maioria das vezes foi pensada para as classes dominantes, e por meio desse pensamento, excluía, e ainda exclui, os sujeitos que fogem das normas da cultura dominante.

Nesse sentido, partimos aqui da concepção de que existe uma relação intrínseca entre educação e diferenças culturais, tendo em vista que as diferenças são constitutivas das ações educativas, estando, então, no “chão” da escola, e por isso, precisam ser identificadas e valorizadas. Deste modo, vemos o Projeto Político Pedagógico da escola como importante ferramenta de promoção de direitos, quando planejado e pensado pela perspectiva crítica reflexiva e dialógica como propõe Veiga (2004) e Santiago (2009), e quando contempla as concepções curriculares de discussão das diferenças culturais, como propõem Moreira e Candau (2008), na perspectiva do multiculturalismo intercultural.

Assim, a escola está inserida em um contexto histórico que, por um lado, aponta para a negação de direitos, e por outro, indica a necessidade de ressignificação afim de se atingir o objetivo democrático da escola, provocado inclusive por questões legais que solicitam da escola o trato curricular, por exemplo, das questões afrodescendentes, ou ainda da inclusão de pessoas com deficiência. Diante disso, lançamos a seguinte questão que provocou nossa pesquisa: Qual a perspectiva de diferença presente no Projeto Político Pedagógico da escola? Compreendemos que, ao entendermos a escola como uma instituição social onde se transita uma diversidade de sujeitos, com necessidades específicas, que precisam ter suas diferenças visibilizadas e respeitadas, temos a possibilidade de contribuir ao estabelecer um caminho possível de compreensão do empenho democrático do corpo gestor da escola com relação a ações e projetos efetivos que diz respeito às diferenças.

Para dar conta desta questão, tomamos como objetivo geral: Analisar a perspectiva de diferença presente no Projeto Político Pedagógico da escola. E, como específicos: 1) indentificar as concepções teóricas em que a escola é pensada, os objetivos propostos para sua efetivação e sua relação com a cultura; 2) caracterizar onde e como se situa a discussão da

multi/Interculturalidade no Projeto Político Pedagógico da escola.

2. Caminho Metodológico

Pautamos nossa pesquisa numa perspectiva qualitativa, por entender que a riqueza sociológica e pedagógica dos fenômenos tenha seu conteúdo preservado. Enquanto método investigativo nossa pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. Para Gonçalves (2003, p. 65) a pesquisa exploratória “é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado[...]”. E é explicativa, porque tem a preocupação central de analisar o Projeto político Pedagógico de uma escola pública municipal no que tange ao trato das diferenças culturais perspectiva multi/intercultural. A esse respeito, Gil (2010 p. 28) afirma que as pesquisas explicativas: “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

A pesquisa delimitou como campo uma escola pública municipal da cidade de Caruaru no Agreste Pernambucano, que oferta a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental I, que funcionam nos turnos manhã e tarde, e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno da noite. A escola escolhida atende a uma comunidade economicamente desfavorecida de diferentes bairros da cidade e do território campesino.

Como meio de levantamento de dados, utilizamos a análise documental de acordo com André (2011), os documentos são utilizados na pesquisa educacional no sentido de contextualizar o fenômeno pesquisado explicitando suas vinculações mais profundas. Na fase de tratamento dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo como um exercício de aproximação com esta técnica, por acreditar que ela traduz melhor os significados dos fenômenos obtidos na nossa pesquisa. Para Bardin (1977 p. 38), "a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". Assim, o significado de um objeto ou fenômeno pode ser compreendido e categorizado pelas suas significações a partir da inferência

3. Gestão democrática, Projeto Político Pedagógico, Multiculturalismo e interculturalidade crítica: meios para compreensão do compromisso social democrático da escola

A escola enquanto instituição social existe para realizar objetivos, que contemplam a aprendizagem escolar, a formação para a cidadania, a formação de valores e atitudes, entre outros aspectos. Assim, o sistema de organização e de gestão escolar reúne ações, meios e procedimentos, para realizar os objetivos pensados para a escola, sendo a gestão escolar responsável por mobilizar meios para tomada de decisão, e coordenação dos trabalhos para atingir os objetivos dessa organização social (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003).

Entre concepções de gestão, destacamos como predominantes no cenário educativo a concepção *técnico-científica*, comprometida com uma perspectiva burocrática e tecnicista de escola e a concepção *democrático-participativa*, que considera as relações sociais existentes e as decisões são tomadas de forma dialógica e democrática. Consideramos que a gestão democrático-participativa é a que mais se aproxima daquela voltada para possibilitar as mudanças que a escola atual precisa efetivar no campo da valorização cultural, isto porque “baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 447).

Entendemos desta forma que a gestão participativa além de ser uma forma democrática de gestão, está implicada no compromisso da escola enquanto direito à cidadania, ao estar centrada nas relações humanas e na participação coletiva para realizar os objetivos da educação. Nesse sentido, os autores trazem como característica organizacional importante para a realização das atividades propostas e do projeto político, a necessidade de ser levado em consideração a compreensão de cultura organizacional da escola, caracterizada como: “conjunto de fatores social, culturais e psicológicos que influênciam o modo de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 441). Nesse sentido, cada instituição escolar tem uma cultura própria que pode ser discutida, modificada e planejada, pelos sujeitos que compõem a escola, através do projeto político curricular da escola.

Para Veiga (2004, p.14), o termo Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento relacionado ao planejamento, ao lançar a diante, ou ainda plano futuro. Assim, ao “construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. É pensar um futuro diferente do presente”. Partindo dessa perspectiva, o PPP não é um projeto a ser construído e depois arquivado ou enviado às autoridades educacionais como cumprimento de uma atividade burocrática. Na concepção da autora ele é uma ação

intencional, com sentido explícito e com um compromisso definido coletivamente.

Veiga (2004) ressalta que a dimensão política do PPP, estabelece um compromisso de cidadania para um projeto de sociedade específico, enquanto a dimensão pedagógica possibilita a definição das ações no campo da educação escolar que possibilitam cumprir os propósitos e a intencionalidade do Projeto, ou seja, da escola. Desta forma, a autora entende que os termos político e pedagógico são indissociáveis em sua significação, para o cumprimento democrático da escola.

Um outro aspecto importante presente em todas as fases da construção e vivência do PPP é o que Santiago (2009), chama de “acompanhamento e avaliação das decisões e práticas. Com relação ao acompanhamento e avaliação Veiga (2004, p. 14), corrobora com Santiago apontando que:

Acompanhar e avaliar as atividades leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola se organiza para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas [...].

Desta forma, pensar, projetar e construir uma cultura escolar a partir do trabalho de um coletivo, crítico, criativo e inovador, que seja capaz de unir o discurso a ação prática e conciliar as dimensões de globalidade e particularidades são desafios permanentes para a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico. Outro desafio está em aproximar a escola pensada e a construção da escola necessária, tendo o PPP como orientador de práticas coletivas que percebam e compreendam a realidade escolar e as expectativas sociais de forma crítica, favorecendo ações baseadas na compreensão de que a diferença é o que caracteriza os sujeitos sociais, distanciando-se de uma visão de diferença como prejudicial nas relações. (SANTIAGO, 2009).

Neste trabalho, entendemos diferença inter-relacionada ao conceito de cultura, a partir da perspectiva multiculturalista crítica, que, de acordo com McLaren (1997), as diferenças não têm um fim em si, elas estão nas práticas discursivas, mas situam-se num contexto de relações de poder e de lutas de classe por mudança social, contrapondo-se ao ideário neoliberal e à globalização econômica e cultural vigente.

Moreira e Candau (2007; 2008) distinguem pelo menos três perspectivas de multiculturalismo que entendem de formas distintas a questão da diferença, a saber: “multiculturalismo assimilacionista”, “multiculturalismo diferencialista” e o “multiculturalismo intercultural”. A perspectiva assimilacionista propõe que todos os grupos sociais se

integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica, nesse sentido, se pretende integrar os grupos historicamente marginalizados aos valores e conhecimento socialmente valorizados pela cultura hegemônica, superando assim as diferenças na perspectiva de uma escola homogeneizada e monocultural.

A concepção do multiculturalismo diferencialista afirma que ao assimilar uma população ou grupo, termina-se por negar a diferença ou por silenciá-la. Essa perspectiva defende a ênfase na diferença com espaço próprio para garantir a expressão das diferentes identidades culturais, de modo que possam ser vividas em liberdade. No entanto, essa concepção acaba por defender uma visão essencialista do acesso aos direitos sociais, dividindo a sociedade em grupos de diferentes homogêneos, promovendo o que os autores chamam de *apartheid* socioculturais (MOREIRA e CANDAU, 2008). Ou seja, não há relação dialógica entre os diferentes.

Em relação a perspectiva intercultural, os autores citam algumas características. A primeira é a promoção da inter-relação entre diferentes grupos culturais de uma determinada sociedade, o que possibilita romper com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais. A segunda característica é a de conceber as culturas enquanto históricas e dinâmicas, não se fixadas em determinados padrões, e em constante transformação. A terceira característica se refere a afirmação de que, na sociedade em que vivemos, os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizam a construção de identidades abertas, pressupõe que as culturas não são “puras”, no sentido de que, estão em constante mudança.

Nesta mesma perspectiva Catherine Walsh (2009) considera ser a interculturalidade um espaço de negociação, comunicação e aprendizagem entre culturas, onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações de poder da sociedade não são ocultadas, mas sim reconhecidas e confrontadas. Para a autora, há dois tipos de interculturalidade distintas, a funcional, que responde e faz parte dos interesses neoliberais das instituições sociais, e a interculturalidade crítica, que é pensada e construída a partir dos sujeitos historicamente subalternizados e marginalizados, que lutam pela transformação social e pela construção de formas alternativas de poder ser diferente.

Nesse sentido, para Walsh (2009), a interculturalidade crítica supera a visão de relação entre diferenças, para entender a necessidade de “visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo, ainda é racial, moderno-ocidental e colonial” (p. 23,24).

Em resumo, recorreremos à compreensão da diferença a partir do multiculturalismos de McLaren (1997) como práticas discursivas, portanto, construções sociais, e tomamos a perspectiva do multiculturalismo intercultural que Moreira e Candau (2007, 2008) e de Interculturalidade crítica Walsh (2009), para entender que, o contexto da educação, pode assumir o comprometimento com a promoção de uma educação voltada para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva de enfrentar os conflitos provocados pelas relações de poder dos diversos grupos socioculturais. Deste modo, concordamos com um projeto escolar que contemple essas perspectivas de democracia, autonomia e pluralismo, capaz de favorecer a inclusão dos sujeitos historicamente marginalizados.

4. A questão das diferenças culturais pensadas no Projeto Político Pedagógico da escola

A materialização ou efetivação da escola enquanto direito começa, segundo Santiago (2009), com a convergência de alguns princípios que servirão de base para a educação, como a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, o “pluralismo de ideias”, a “gratuidade do ensino público”, a “valorização dos profissionais do ensino” e a “gestão democrática do ensino”. Questões essas primordiais para se alcançar o entendimento não apenas da relevância do acesso e permanência a escola, mas sobretudo a uma educação escolar que seja um canal de ascensão social, político e econômico.

Nessa direção, buscamos responder nossa questão problema - Qual a perspectiva de diferença presente no Projeto Político Pedagógico da escola? – através da discussão dos resultados em dois momentos, aproximando assim teoria e prática. No primeiro momento, analisamos no PPP as concepções teóricas em que a escola é pensada e projetada e os objetivos propostos para sua efetivação. No segundo momento, analisamos o que a escola propõe a trabalhar no que se refere as discussões e conteúdos sobre diferenças culturais, enquanto proposta curricular.

- Concepções teóricas da escola presentes no PPP

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado no ano de criação da escola em 2012, e, segundo a gestão da escola, vem sendo atualizado anualmente. Deste modo, o texto analisado é datado enquanto período temporal da última atualização no ano de 2016, não tendo sido atualizado no ano em que estivemos na escola 2017, ao menos até aquele momento. O PPP é apresentado e pensado pela gestão

da escola como um plano de sistematização global em constante transformação, fruto do planejamento participativo e aberto a discutir os problemas da escola.

Os dados obtidos sobre o documento, apontam para uma construção coletiva realizada pelos sujeitos que constituem a escola conforme nos foi relatado pelo gestor da escola. A esse respeito, o PPP relata:

O projeto Político Pedagógico desta escola foi construído através de discussões, reunião e pesquisas com questionários para levantamento de dados **envolvendo toda a comunidade escolar**, tendo como foco a melhoria da prática educativa e a transformação de ideias e concepções em movimento (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 5).

Deste modo, a forma coletiva em que o PPP parece ser pensado, corrobora com as concepções teóricas de Santiago (2009) e Veiga (2011), quando pontuam a importância da construção coletiva como meio para assegurar o caráter democrático, considerando que, para que o trabalho organizativo e pedagógico da escola aconteça, é preciso que os envolvidos no planejamento da escola saibam que fazem parte dele.

O PPP da escola traz enquanto concepção de gestão, a gestão democrática, concepção indicada pela Constituição de 1988, LDB e defendidas por Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), como necessárias a escola cidadã, no entendimento da escola:

Pensar a gestão democrática implica em ampliar os horizontes, político e culturais em que se encontram as instituições educativas, objetivando alcançar a cada dia mais autonomia para que a comunidade escolar tenha a um grau de independência e liberdade para coletivamente, pensar discutir, planejar constituir e executar o Projeto Político Pedagógico (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 31).

Esta perspectiva de gestão da escola assume a necessidade de uma ampliação de “horizontes” político e culturais, como se indicasse que tais horizontes ainda se encontram reduzidos. O que parece indicar que os aspectos políticos e culturais são necessários para que a escola não só atinja seus objetivos, mas sinaliza que tais objetivos têm uma perspectiva política e cultural ampliada.

Por isso, o PPP afirma que os aspectos políticos e culturais ampliados promovem autonomia, no sentido de liberdade coletiva dos sujeitos como atores e autores das ações escolares, envolvendo desde a fase do planejamento, à avaliação de sua efetivação, o que se caracteriza como condição indispensável para a execução do compromisso social democrático da escola.

Essa perspectiva se articula ao objetivo geral a escola: “promover o ensino e aprendizagem dos estudantes numa perspectiva democrática e de acordo com a abordagem histórico-crítica e cultural, possibilitando o

desenvolvimento integral da pessoa humana nesta unidade de ensino” (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 9). Ou seja, a educação escolar é pensada em uma perspectiva crítica, que toma a pessoa humana como ser integral, cultural e histórico, sinalizando, mesmo que não explicitamente, a compreensão de ser a pessoa humana constituída de cultura construída socialmente.

Nos objetivos específicos encontramos espaço para o trato de valorização das diferenças culturais, entendendo-as como direito:

Dar apoio e reconhecer as práticas culturais e sociais dos alunos e da comunidade local como direito; Inovar as práticas pedagógicas atualizando-se constantemente, visando melhorar o ensino e a aprendizagem; Contribuir para a interação da comunidade no contexto escolar; **Valorizar a atuação de todos na escola,** tornando-os participativos; Realizar continuamente palestras, estudos, reflexões e pesquisas que contemplem os Desafios Educacionais Contemporâneos como, saúde, orientação sexual entre outros da diversidade (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 9, grifos nossos).

Os objetivos dizem não só da necessidade de se reconhecer as diferenças culturais, mas também de apoiá-las, indicando assim a compreensão de que são diferenças que socialmente não têm tal reconhecimento que é entendido como direito, não concessão. Este reconhecimento e apoio apresenta a valorização da participação de todos como forma de materializar a prática de inclusão das diferenças. A partir desses objetivos é possível verificar espaços e proposições para o trato das diferenças culturais. É preciso saber a agora a partir de qual perspectiva a instituição se propõe a tratar dessas questões.

- A perspectiva cultural presente no PPP da escola

Nos debruçamos agora a identificar e analisar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a prática curricular, e as proposições pensadas exclusivamente para o currículo da escola, no que se refere o trato das diferenças.

A escola assume que o PPP se assenta na abordagem teórica Histórico-crítica para fundamentar sua prática pedagógica, destacando nela o papel de intervenção humana no social, e sendo a escola uma construção social, nela também intervém. Destaca ainda que a intervenção humana na sociedade e na escola de modo específico, tem a realidade elemento mediador, como expresso no trecho a seguir:

A pedagogia Histórico Crítica é uma tendência que entende o ser humano como transformador de sua realidade e que remete aos primórdios da relação humana e ao primeiro protótipo de

educação mediada pela realidade e a intervenção humana na mesma. (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 23).

O texto do PPP fundamenta o pensamento histórico crítico na perspectiva do autor Demerval Saviani, ancorando-se na relação social e histórica das diferenças de classe, o que pode influenciar a prática escolar no sentido de problematizar as desigualdades classistas existentes no chão da escola.

O PPP se associa ainda à teoria Histórico-Cultural de Lev Semenovich Vigotski, para definir como pensa o processo de aprendizagem escolar pois, “A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores” (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 25). Assim, se o ser humano é um ser de relação e intervenção, a aprendizagem ocorre mediante a existência de interações sociais, a aprendizagem é, portanto, de natureza social. Ainda assim, não fica explicitado o resultado dessas interações.

Considerando as concepções teóricas que fundamenta a prática pedagógica, articulando à compreensão de Moreira e Candau (2007) sobre a importância de a escola ter clareza sobre a perspectiva que fundamenta seu currículo, não temos elementos que sinalizem o viés pelo qual a diferença é compreendida. Vale salientar que a apesar das teorias utilizadas pela escola estarem voltadas para as interações sociais e construções históricas e críticas das relações sociais, essas não atentem para discussão cultural pelo viés da diferença, visto que se propõem enquanto crítica das relações históricas de classe. Não obstante, entendemos que isso não impede que a escola trate das diferenças em suas práticas, tendo em vista que a escola traz a proposição da discussão das diferenças em seus princípios e objetivos, e parece ter o entendimento da necessidade dessa discussão em seu currículo.

Decorrente das teorias que sustentam o PPP da escola, há a abordagem da diversidade como direito atrelado ao respeito às diferenças, entendido como movimento distinto da superação da desigualdade social.

Reconhecer o **direito a diversidade** sem opor-se a luta pela **superação das desigualdades sociais**;

O **direito a diversidade e o respeito as diferenças** devem ser **eixos norteadores da ação e das práticas pedagógicas**;

Respeitar as questões concernentes a **diversidade humana cultural**, como um dos eixos das práticas curriculares;

Adoção de medidas político-pedagógicas que garantam **tratamento ético e espaço propício as questões de raça/etnia, juventude e de sexualidade na prática social de educação** (PPP DA ESCOLA DC, 2016, p. 37).

Desta forma as discussões sobre diversidade e diferença culturais ganham espaço no PPP da escola, nos princípios norteadores da escola, nos objetivos da escola e nas proposições curriculares pensadas, explicitando inclusive algumas questões que sinalizam caracterizar as diferenças culturais – raça/etnia, juventude e sexualidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que as diferenças culturais no PPP são consideradas, valorizadas como construção social, podendo estar articuladas às diferenças de classe, e que têm direito ao tratamento ético, sendo também norteadoras das práticas pedagógicas da escola. No entanto, não localizamos uma perspectiva teórica que fundamente o trato das diferenças culturais para além da crítica das desigualdades de classe. A partir de Moreira e Candau (2008), entendemos que isso pode abrir espaço para uma prática multicultural não intercultural, ou ainda, abrir espaço para um multiculturalismo funcional, no sentido de falar sobre cultura e diferença, sem se problematizar as desigualdades culturais existentes, e sem possibilitar um diálogo crítico entre elas.

5. Considerações Finais

A escola tem um papel importante no sentido de reconhecer, valorizar e favorecer o empoderamento dos sujeitos historicamente marginalizados. No entanto, esse objetivo democrático da escola é um processo conflitivo entre diversas estruturas de saber, onde o saber historicamente hegemônico é questionado pelos movimentos sociais. Não obstante, avanços pequenos, mas significativos tem sido visto fruto da imposição da lei e da luta dos movimentos sociais, rumo ao diálogo entre conhecimentos e saberes culturais a pluralidade, a reformulação de estratégias pedagógicas, de Projetos Políticos Pedagógicos e de currículos, que podem possibilitar o combate a preconceitos e discriminações no contexto escolar.

Foi possível depreender da pesquisa realizada que as proposições sobre diversidade e diferença culturais ganhou espaço no PPP da escola, nos princípios norteadores da escola, nos objetivos da escola e nas proposições curriculares. Apesar de ser importante essa proposição, não localizamos uma perspectiva teórica que fundamente o trato da cultura atravessada pela preocupação com a diversidade e diferença, para além dos documentos orientadores e da crítica das desigualdades de classe, o que pode dificultar o trato dessas questões no sentido da multi/interculturalidade crítica, mas não de o impedir.

De um modo geral, percebemos uma sensibilidade da escola em assegurar o reconhecimento, apoio e valorização das diversidades e diferenças na formulação do Projeto Político Pedagógico. No entanto, é preciso considerar que o caminho de melhoramento no trato dessas

questões na escola ainda está no começo, e tem um longo processo de luta e resistência a enfrentar rumo a uma escola democrática que, de fato, atenda a todos. E, ao observar em sua cultura organizacional através de cartazes ou expressas nas falas da gestão, consideramos que é importante investigar como esse PPP influencia a prática pedagógica da escola.

6. Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas. São Paulo. Editora Patirus. 18^a ed. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

McLAREN, P. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997

MINAYO. M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NETO. Otavio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In.: MINAYO. M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25 ed. revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SANTIAGO, Eliete. **O Projeto Político Pedagógico da Escola como instrumento de gestão democrática**. In: MACHADO, Laêda B.; SANTIAGO, Eliete (org.) Políticas e gestão da educação básica. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Papirus Editora, 2004.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria (org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.